



Passarinho (D), com o relator Roberto Magalhães: "As declarações do deputado colidem com os fatos"

Passarinho faz acusação a Ibsen

BRASÍLIA — O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), já concluiu que o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) teve responsabilidade no arquivamento da CPI que investigaria irregularidades no Orçamento da União, em 1991, proposta pelo PT. "As declarações do deputado Ibsen colidem com os fatos", disse ontem Passarinho, referindo-se ao fato de que, em seu depoimento à CPI, Ibsen Pinheiro eximiu-se de culpa.

De acordo com o cronograma obtido pelo senador junto às secretarias do Congresso Nacional, a Mesa da Câmara, então presidida por Ibsen, demorou quase dois meses para fazer as indicações dos integrantes da comissão. Para o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), "é preciso fazer um exame mais aprofundado para saber se houve sabotagem". Ibsen disse à CPI que não teve ne-

nhuma responsabilidade no arquivamento da comissão de inquérito.

De acordo com o regimento interno da Câmara, cabe aos líderes fazer a indicação dos membros das comissões. Caso as indicações não sejam feitas em 24 horas, o presidente deve tomar essa iniciativa. Ibsen Pinheiro esperou até o dia 14 de maio de 1991, quando as últimas bancadas apresentaram seus nomes — justamente o PFL e o PMDB. "A falta de instalação da CPI se deveu claramente ao atraso na Câmara", insistiu Passarinho.

Na sua visão, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente do Senado à época, não teve nenhuma responsabilidade no arquivamento da CPI. "Esse é um fato claro: o senador Benevides fez indicações imediatas, enquanto a Câmara esperou o prazo final". Na opinião de Passarinho, a demora da Câmara inviabilizou a instalação da CPI.

Em seu depoimento, na última quinta-feira, Ibsen Pinheiro procurou isentar-se da responsabilidade pelo arquivamento, alegando que era de Benevides a condução do processo, já que se tratava de uma comissão mista. De acordo com a Constituição, o presidente do Senado (à época, Benevides) é também o presidente do Congresso Nacional.

Ibsen Pinheiro, no entanto, foi o primeiro signatário da ata da reunião conjunta das duas mesas (Câmara e Senado), quando se decidiu pelo arquivamento da CPI. Para o relator da CPI do Orçamento, a responsabilidade é conjunta. "Há um conjunto de atos e pessoas que dificultam o descobrimento do responsável", concluiu o relator. O deputado José Genoíno acha que a responsabilidade foi dos dois presidentes. "Os dois erraram. Mas a situação do Ibsen é mais comprometedor, pois se trata de um caso de omissão".